

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022

Objeto: Aquisição de 03 (três) Motocicletas 0km, de fabricação nacional, ano/modelo 2022/2022, injeção eletrônica bi-combustível, gasolina e/ou etanol, motor 4 tempos tipo OHC, monocilíndrico, 4 tempos, arrefecido a ar, 160 cc ou mais, câmbio manual de 5 velocidades, sistema de partida elétrico, demais instrumentos e itens convencionais, destinadas à campanha "IPTU Premiado 2022".

EXTRATO DE JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA AOS TERMOS DO EDITAL

De posse da **impugnação** apresentada pela impugnante: **ANA PAULA FIOREZZI**, procedeu-se à análise das razões arguidas pela mesma, entendendo o Pregoeiro, a princípio, ser necessária a remessa dos autos para o setor requisitante, tendo em vista que as matérias apontadas na impugnação referem-se às questões plenamente técnicas, que fogem à área de sua atuação, para que o mesmo se manifestasse, no sentido de esclarecer a necessidade ou não de adequações ao Edital, levando em conta os pontos abordados pela impugnante.

Em resposta, o **Departamento de Arrecadação e Tributos**, setor requisitante, enviou sua manifestação através de correio eletrônico "e-mail" às 17h:11m., do dia 26/04/2022, o qual que faz parte integrante do presente processo licitatório e assim se manifestou:

Prezado Senhor,
No exercício de 2021 o município de Bebedouro promoveu o sorteio de prêmios chamado IPTU Premiado 2021, durante o ano, para os contribuintes quites com o IPTU. No caso foram 4 Smart TV 40" e uma Motocicleta 160cc.
Em 2022 repetimos o incentivo através da campanha IPTU Premiado 2022, onde os prêmios deverão ser iguais ou melhores que os de 2021. Neste ano serão 5 Smart TV 65" e 3 Motocicletas 160cc.
A justificativa para a especificação de motocicletas com motor de 160cc ou mais deve-se ao fato exposto acima, reforçando que os prêmios serão do mesmo padrão ou melhores que os da campanha anterior.
Essas são nossas considerações.

Contudo, de posse da **manifestação** apresentada pelo setor requisitante, procedeu-se à análise das razões arguidas pela mesma, entendendo o Pregoeiro, ser necessária a remessa dos autos para a Assessoria Jurídica desta Prefeitura, para que o mesmo se manifestasse, no sentido de esclarecer a necessidade ou não de adequações ao Edital, levando em conta os pontos abordados pela impugnante.

Em resposta, a Assessoria Jurídica desta Prefeitura, enviou o **PARECER JURIDICO**, o qual que faz parte integrante do presente processo licitatório e assim se manifestou:

I – DO OBJETO DO PEDIDO

Trata-se de pedido formulado pelo Presidente da Comissão Municipal de Licitação, o Sr. PAULO SÉRGIO GARCIA SANCHEZ, que encaminha para análise da IMPUGNAÇÃO AO EDITAL interposto pela empresa licitante ANA PAULA FIOREZZI, a qual questiona a exigência contida no edital quanto as características do objeto licitado no Pregão Eletrônico nº 13/2022.

Eis a síntese dos fatos.

II – DO PARECER

Ao analisar a mencionada IMPUGNAÇÃO AO EDITAL constata-se que o pleito da impugnante deve ser indeferido em razão dos fatos e motivos abaixo expostos.

Antes de adentrar no cerne da questão ora proposta, teceremos algumas considerações.

É preciso saber que na função administrativa, o Poder Público estabelece diversas relações jurídicas com os particulares, além de criar vínculos especiais de colaboração intergovernamental. Sempre que tais conexões subjetivas tiverem natureza contratual e forem submetidas aos princípios e normas do Direito Administrativo, estaremos diante de contratos administrativos.

Aludidos contratos em regra são celebrados mediante prévia licitação, exceto nos casos de contratação direta previstos na legislação.

Sobre a licitação, trazemos os ensinamentos abaixo:

Conceito e finalidades da licitação – Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fato de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. (MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 19ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 1994, p. 247).

A licitação é um procedimento obrigatório que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública. A razão de existir dessa exigência reside no fato de que o Poder Público não pode escolher livremente um fornecedor qualquer, como fazem as empresas privadas. Os imperativos da isonomia, impessoalidade, moralidade e indisponibilidade do interesse público, que informam a atuação da Administração, obrigam à realização de um processo público para a seleção imparcial da melhor proposta, garantindo iguais condições a todos que queiram concorrer para a celebração do contrato. (MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, p. 381)

A realização do procedimento licitatório, nos termos do que dispõe a redação da Lei n. 8.666/93

(art. 3º), sempre serviu a duas finalidades, buscar a melhor proposta e oferecer condições iguais a todos que queiram contratar com a Administração.

Dito procedimento é pautado nos princípios da isonomia, da competitividade, vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da indistinção, da inalterabilidade do edital, do sigilo das propostas, da vedação da oferta de vantagens, da obrigatoriedade, do formalismo procedimental e da adjudicação compulsória.

O caso trazido para análise pode ser observado com fundamento na ideologia apresentada no *Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório*, o qual foi bem analisado pelo nobre doutrinador ALEXANDRE MAZZA (*Manual de direito administrativo*, 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, pág. 393), como podemos notar:

*c) princípio da vinculação ao instrumento convocatório: a Administração Pública e os participantes do certame, além de cumprirem as regras legais, não podem desatender às normas e condições presentes no instrumento convocatório (art. 41 da Lei n. 8.666/93). **Dai falar-se que o edital é a lei da licitação. (grifo nosso).***

E com base no mencionado acima, ao analisarmos a documentação que ampara o processo licitatório, Pregão Eletrônico nº 13/2022, principalmente o edital, constatamos que não houve ofensa alguma à Lei nº 8.666/93 e que a marcha procedimental licitatória transcorreu seu fluxo normal.

Ou em outros termos, as empresas participantes devem se atentar ao edital.

Vale por fim frisar, que num procedimento licitatório deve ser também levado em consideração a ideia irradiada no *Princípio da Finalidade*, o qual obriga o gestor a inclinar-se pelo interesse público, impedido de realizar obras, compras, serviços e outras atividades que serão da sua própria conveniência.

E nessa toada é preciso mencionar que *embora o princípio da supremacia do interesse público favoreça a Administração com um patamar de superioridade em face dos administrados, também lhe exige maiores cuidados e obediência a inúmeras formalidades, tendo em vista que essa atuação deve ocorrer com limites da lei, não podendo esse interesse ser livremente disposto pelo administrador.* (MARINELA, Fernanda. *Direito administrativo*, 8ª ed. rev. ampl. atual. Niterói: Impetus, 2014, pag. 28).

III – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, e tendo em vista as ponderações oportunamente trazidas à baila, OPINO pelo **INDEFERIMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, nos exatos termos da fundamentação acima.

Em face do exposto, o Pregoeiro, com o devido amparo no **ofício/resposta** à diligência realizada, encaminhado pelo Departamento de Arrecadação e Tributos, setor requisitante, bem como, amparado no **parecer jurídico**, encaminhado pela Assessoria Jurídica da Prefeitura, **DECIDIU**, pelo **indeferimento da impugnação** apresentada, sendo tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie.

Proferida a presente decisão e nada mais tendo a ser analisado e julgado pelo Pregoeiro, o mesmo ordenou a publicação na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial do município: www.bebedouro.sp.gov.br do competente extrato de julgamento, bem como, ordenou a expedição das respectivas notificações via correios eletrônicos “e-mails”, conforme estabelecido no **item 13.5.1 do Edital** da presente licitação, à empresa requerente e às demais empresas que porventura tenham retirado o edital em referência comunicando a presente decisão.

Bebedouro, nove de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Paulo Eduardo Martins

Pregoeiro

Consoante aos termos da decisão proferida, que adoto como fundamento, no uso de minhas atribuições legais, **RATIFICO** a r. decisão, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais.

Bebedouro, nove de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

Lucas Gibin Seren

Prefeito Municipal